

Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo

O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo é uma iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Secad, em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais.

O objetivo do Programa é apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas Instituições Públicas de Ensino Superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

Segundo dados do IBGE, em 2006, existiam 31,294 milhões de pessoas vivendo no campo. No que se refere à escolaridade, enquanto na zona urbana a população de 15 anos ou mais apresenta uma escolaridade média de 7,3 anos, na zona rural esta média corresponde a 4 anos. Sabe-se que, apesar do aumento do número de estabelecimentos que oferecem o nível médio nas comunidades rurais verificado pelos censos escolares realizados pelo Inep/MEC nos últimos anos (de 679 em 2000 para 1.533 em 2006), sua oferta se encontra ainda longe da universalização, assim como a oferta dos anos finais do ensino fundamental. Esta situação requer, além de política de expansão da rede de escolas públicas que ofertem essas etapas da educação básica no campo, a correspondente oferta de trabalho docente com formação adequada.

Sabe-se que a grande maioria dos professores da área rural enfrentam sobrecarga de trabalho, alta rotatividade, dificuldades de acesso, salários inferiores e baixa qualificação em relação aos professores da zona urbana. No que se refere ao grau de formação dos professores da educação básica na zona urbana e na zona rural, os dados do censo escolar 2006 apontam que, na zona urbana, 10,4% das funções que atuam nos anos finais do ensino fundamental possuem formação apenas em nível médio, enquanto na zona rural este percentual corresponde a 42,5%. No ensino médio, o número de funções docentes com formação no mesmo nível em que atuam corresponde, na zona urbana, a 4,3% e, na zona rural, a 12,8%. Em termos absolutos, são 48.945 funções docentes que atuam nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio nas escolas do campo sem formação superior.

Dessa forma, o Procampo tem a missão de promover a formação superior dos professores em exercício na rede pública das escolas do campo e de educadores que atuam em experiências alternativas em educação do campo, por meio da estratégia de formação por áreas de conhecimento,

de modo a expandir a oferta de educação básica de qualidade nas áreas rurais, sem que seja necessário a nucleação extra-campo.

Entre os critérios exigidos, os projetos devem prever: a criação de condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico das escolas do campo; a organização curricular por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares, em Regime de Alternância entre Tempo-Escola e Tempo-Comunidade, para permitir o acesso e permanência dos estudantes na universidade (tempo-escola) e a relação prática-teoria-prática vivenciada nas comunidades do campo (tempo-comunidade); a formação por áreas de conhecimento previstas para a docência multidisciplinar – Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Ciências Agrárias, com definição pela universidade da(s) respectiva(s) área(s) de habilitação; e a consonância com a realidade social e cultural específica das populações do campo a serem beneficiadas, segundo as determinações normativas e legais concernentes à educação nacional e à educação do campo em particular.

Atualmente, quatro universidades públicas federais estão desenvolvendo experiências-piloto: UnB, UFMG, UFBA e UFS. O processo seletivo da Universidade de Brasília ocorreu em setembro de 2007, com o curso organizado em uma carga horária de 3.525 horas-aula, distribuída em 8 etapas, uma a cada semestre, integralizando 4 anos. Cada etapa é composta de um tempo-escola e um tempo-comunidade. O tempo-escola é dividido em períodos intensivos, com o mínimo de 50 e máximo de 70 dias ininterruptos, em regime de internato, com 8 horas diárias de atividade. A primeira etapa do tempo-escola teve início em setembro de 2007 no Instituto de Educação Josué de Castro, em Veranópolis, Rio Grande do Sul. A primeira etapa do tempo comunidade, que ocorrerá no início de 2008, prevê a inserção orientada dos estudantes nas comunidades camponesas, onde desempenharão atividades curriculares específicas da respectiva etapa. Nas outras universidades, o processo seletivo será realizado no primeiro semestre de 2008. Está previsto, ainda, abertura de novo edital para apoio a novos projetos a serem iniciados em 2008.